

Editorial

*S*e perguntarmos a alguém, supostamente bem informado sobre o assunto, onde está o núcleo das dificuldades profissionais enfrentadas pelas pessoas às quais estão atribuídos os encargos, as missões da área científico-tecnológica da Força Terrestre, a resposta nos dirá, com toda a certeza, que os problemas se resumem em: *exigüidade de recursos financeiros e carência de pessoal especializado.*

Essa resposta será, sem dúvida alguma, correta. Entretanto, acreditamos que ela possivelmente não estaria contando a história completa.

No que tange à causa, por assim dizer, instrumental daquelas dificuldades, todos os que trabalham na área representada por esta revista sabemos muito bem que ensino, pesquisa e desenvolvimento se fazem com verbas e pessoal. Isto soa melancolicamente acaciano. Porém, ensinam-nos os doutos que a causa mais importante, a de maior hierarquia, é a causa formal, no sentido filosófico do termo. Talvez valha a pena pesquisar qual seria, na questão ora proposta, essa causa mais elevada.

No editorial da RMCT do último quadrimestre do ano de 2000, referimo-nos a este interessante fato da história dos Estados Unidos: o ensino formal – isto é, metódico, organizado – de engenharia na grande nação do Norte não começou dentro de uma universidade.

Iniciou-se, sim, ao abrigo das veneráveis paredes da Academia Militar de West Point, no século XIX, quando aquele país não podia imaginar que viria a se transformar na tremenda potência científico-tecnológica de nossos dias. Iniciou-se naquela escola castrense antes de ser inserido no currículo das Stanford's e dos MIT's.

Parece-nos que na origem da solução de nossos problemas deveria estar justamente essa visão estratégica, única capaz de fixar corajosas prioridades, mesmo em épocas de indiscutíveis dificuldades administrativas.

Um pequeno exemplo que poderia ser dado neste momento – para que não se diga que estamos falando apenas em generalidades – é o que se refere aos critérios a serem adotados na montagem dos quadros de pessoal especializado, como é o caso dos pesquisadores necessários a certas organizações militares da Força Terrestre. Perguntaríamos: convém que sigamos as mesmas rígidas normas burocráticas estabelecidas para entidades civis, órgãos esses voltados, no caso geral, para objetivos distantes da preparação bélica? Seria razoável, por exemplo, deixarmos de contar com a importante colaboração de uma pessoa de reconhecida competência técnica, de nítida vocação para a pesquisa e, last but not least, merecedora de nossa total confiança no que se refere à execução de determinadas tarefas de caráter sigiloso, deixar de contar com essa preciosa colaboração, repetimos, para atendermos à mera exigência formal (agora com o sentido corriqueiro da palavra), cabível em outro contexto?

Exemplos análogos talvez pudessem ser dados, mas alongaríamos demais este simples editorial da RMCT. O mais importante foi deixar aqui ressaltada a desejável prevalência do fator estratégico.